

**Roberta Barros Meira\***

**OS LOUVORES AO AÇÚCAR NAS TERRAS DO CAFÉ: O  
CRESCIMENTO DA PRODUÇÃO AÇUCAREIRA PAULISTA E  
FLUMINENSES ENTRE 1875-1889<sup>1</sup>**

**Resumo:** Este trabalho busca contribuir para o entendimento da modernização das unidades açucareiras no Rio de Janeiro e em São Paulo, através da sua inserção nos novos padrões de produção e a sua correlação com as políticas estatais, entre 1875 e 1889. Devido à forma de análise proposta nesse estudo, pretendemos enfatizar a correlação entre a produção açucareira e a cafeeira nessas províncias. É nesse sentido que investigamos a importância de um mercado interno em expansão, dos capitais e da infraestrutura, oriundos em grande parte da economia cafeeira -, e a sua influência na expansão da agroindústria canavieira.

**Palavras-chave:** modernização, açúcar, café.

**Abstract:** This paper aims to contribute to the understanding the modernization of the sugar mills in Rio de Janeiro and São Paulo, through its inclusion in the new models of production and the correlation with the state policies, between 1875 and 1889. Because of the way of analysis proposed in this study, we emphasize the correlation between coffee and sugar production in these provinces. In this way, we investigated the importance of an internal market in expansion, the capital and infrastructure, - in large part from the coffee economy - and its effect on the expansion of agribusiness sugar.

**Keywords:** modernization, sugar, coffee.

O processo de desenvolvimento da agroindústria canavieira, nas províncias do Rio de Janeiro e São Paulo, ainda é pouco conhecido. As relações entre modernização tecnológica, intervenção estatal, o crescimento do mercado interno e a necessidade de diversificar a produção, acabaram determinando a transformação de uma área secundária da produção açucareira em uma das principais regiões sucroalcooleiras do mundo. Esse trabalho pretende identificar e caracterizar o início deste caminho, tomando como arrimo a sua crescente expansão quantitativa e qualitativa.

---

\* Doutoranda em História Econômica pela USP - E-mail – [rbmeira@gmail.com](mailto:rbmeira@gmail.com)

<sup>1</sup> O presente artigo representa parte de uma pesquisa ainda em desenvolvimento, financiada pela Fapesp.

Importa ressaltar que, a partir do último quartel do século XIX, o problema central enfrentado pelos produtores, estadistas e técnicos girou em torno da introdução de um sistema de produção tecnologicamente mais avançado, mas que deveria ser feita sem colocar em xeque a estrutura social, política e econômica do período. Assim, nossa análise perpassa pelo conceito de “modernização”.<sup>2</sup> Nossa linha de pesquisa apóia-se na idéia cunhada pelo sociólogo Barrington Moore Júnior (Moore Júnior, 1983, p. 311-446). Mais explicitamente, o termo “modernização conservadora” foi pensado no sentido de explicar o fraco impulso na modernização ocorrido na Índia.

Não obstante, transplantado para o caso brasileiro, tem encontrado aceitação na análise de vários setores produtivos do país. O conceito, nesse caso, encontraria mais viabilidade quando se fazem presentes de maneira mais intensa às contradições entre o desenvolvimento das forças produtivas da sociedade e as transformações na estrutura social, em que deveriam se processar enquanto exigência daquele desenvolvimento. No que concerne à produção canavieira brasileira, a definição “modernização conservadora” pode ser utilizada, porque nesse setor a modernização foi feita pelo alto, pelas elites, sem mudanças nas suas bases estruturais provenientes do período colonial, apoiando-se na intervenção estatal como forma de se manter e se reproduzir.

Essa análise pautada no conceito de “modernização conservadora” é reafirmada no estudo de Peter Eisenberg. O autor utiliza o mesmo conceito quando faz referência a uma “modernização sem mudanças”, ocorrida na região açucareira de Pernambuco, no período entre 1840-1910, mas que pode ser estendida para as outras principais regiões produtoras brasileiras. Eisenberg aponta que a indústria açucareira passou por um processo de desenvolvimento, mesmo que nada tenha mudado na sua estrutura econômica e na ordem social. Esse desenvolvimento ocorreu principalmente pelo forte impulso modernizador na estrutura produtiva, financiado majoritariamente pelo apoio estatal, através de subsídios diretos aos grandes produtores da região. (Eisenberg, 1977).

No Sul, essa modernização “conservadora” ou pelo “alto” pode ser vista da mesma forma, a pesar de algumas particularidades. E é nesse sentido, ou seja, das singularidades, - que geraram o processo de diferenciação entre o Norte e o Sul -, que

---

<sup>2</sup>Utilizaremos o termo modernizar apesar dessa palavra só começar a ser utilizada no século XX, o que poderia ser visto como anacrônico para o período do Império. Nesse caso, usaremos esse conceito quando nos referirmos à introdução de maquinário moderno, ou seja, nas palavras da época, - o aperfeiçoamento tecnológico das fábricas de açúcar. Apesar de a ferrovia ser a menina dos olhos de ouro da época, praticamente todos os setores da economia brasileira, sofreram sua influência e incorporaram as novas técnicas de produção.

nos animamos a investigar como tal processo se deu e a forma como a intervenção do Estado influenciou essas áreas.

Para tanto, partimos do pressuposto de que a construção desse lento processo de modernização iniciou-se com as medidas tomadas no Segundo Império, a partir de 1875. Nesse momento, ocorreram as primeiras tentativas de implantação de um novo sistema produtivo no setor açucareiro, através dos incentivos concedidos para a construção de engenhos centrais<sup>3</sup> (Viana, 1991, p. 63).

A nosso ver, os engenhos centrais são, sem dúvida, o denominador comum a partir do qual é possível caracterizar a amplitude da tentativa de revivamento da produção açucareira em todo o país. Mesmo nas províncias que tinham se voltado para outras culturas, - como foi o caso do café em São Paulo e no Rio de Janeiro -, a necessidade de se investir no novo sistema parecia inevitável. Por outro lado, essas regiões periféricas da produção de açúcar investiram na modernização para suprir o próprio mercado interno.

Sabe-se que a agroindústria canavieira no Brasil enfrentava um franco processo de decadência no final do século XIX. A crise do açúcar era uma das principais questões discutidas tanto por estadistas como por produtores. Refém de um mercado externo e aquebrantada por trinta anos de atraso em relação aos seus concorrentes, - fossem eles produtores de açúcar de cana ou de beterraba -, os produtores brasileiros começaram a discutir a necessidade de auxílio do Estado para restabelecer os tempos áureos desse produto (Linhares, 1990, p. 152-153 e Eisenberg, 1977, p. 44). Nesse sentido, os pedidos de “ajuda” ao Governo eram os ecos da constante baixa dos preços, a perda do mercado externo, a péssima qualidade do açúcar brasileiro e a ameaça do fim do trabalho servil.

Essa conjuntura esteve diretamente ligada às mudanças advindas a partir da revolução industrial. Em realidade, essa posição do açúcar brasileiro, no mercado mundial, pode ser explicada pela introdução de novos processos de fabricação do açúcar. É exatamente no nível dessas transformações ocorridas na estrutura fabril, na segunda metade do século XIX, que se pode penetrar no âmago da crise do açúcar brasileiro. Como se viu, nesse período, ocorreu um aumento da concorrência nos

---

<sup>3</sup> Os engenhos centrais foram criados, em 1838, por Jean François Cail, da firma francesa Derosne & Cail. Foram instalados primeiramente na ilha de Bourbon e posteriormente foram levados para a Martinica e Guadalupe. Esse novo sistema produtivo surgiu como forma de amearhar a enorme soma de capitais técnicos e financeiros necessários para a moderna indústria. Dessa forma, eram montados por sociedades anônimas.

mercados internacionais. Ao manter as técnicas ultrapassadas, provenientes ainda do período colonial, o açúcar brasileiro não conseguiu rivalizar com o produto cubano, porto-riquenho e filipino no mercado americano, e com o açúcar de beterraba no mercado europeu.

E ainda mais, em contrapartida a estagnação das técnicas brasileiras, os ingleses e franceses reorganizaram a sua produção de açúcar colonial, após um período de declínio, ocasionado pelo fim da escravidão nessas regiões. Esse revivamento se daria preponderantemente por meio de novos padrões técnicos, proporcionando um aumento vertiginoso dessa produção a partir de meados do século XIX. Além disso, a produção açucareira do Sul dos Estados Unidos voltou a ser organizada após a guerra civil e o fim da escravidão. E nesse sentido, do atraso tecnológico como um dos principais problemas da lavoura nacional, que aponta o Parecer, - realizado em 16 de abril de 1875.

O fabrico e preparação do açúcar brasileiro é muito imperfeito e atrasado; apenas em certos engenhos de algumas províncias açucareiras e notavelmente no município de Campos, província do Rio de Janeiro, se tem introduzido máquinas aperfeiçoadas e desenvolvidas, que melhoram consideravelmente esse importante produto, sem contudo o colocar em pé de igualdade tal, que possa rivalizar na qualidade e preço com os das ex-colônias da América do Norte, com o do Egito, e, dentre em pouco, com o de Java. (Brasil, 1975)

A melhor situação de Campos resultava das várias pequenas oficinas que se especializaram em suprir as pequenas necessidades da indústria açucareira da região e das províncias próximas, como São Paulo e Minas Gerais. Esses empreendimentos forneciam caldeirões, caldeiras, concertavam as peças danificadas dos engenhos, dentre outros serviços. Geraldo de Beauclair Oliveira refere-se à existência de várias dessas oficinas em Campos já no começo do século XIX, como a de Alexandre Davidson, Robert & Cia., Mac Tavesch etc. (Oliveira, 2001, p. 167-169)

De qualquer forma, essas inovações foram pontuais e limitadas. Assim, assumindo essa desvantagem produtiva, a defesa de um processo de introdução dessas novas máquinas, representadas principalmente pelo sistema de engenhos centrais, parecia ser a solução para a recuperação dos níveis de competitividade e retomada do mercado externo. A divisão do trabalho entre a parte fabril e a parte agrícola, difundido com a revolução industrial e o sistema de engenhos ou fábricas centrais parecia ser o modelo ideal.

Nas palavras do engenheiro André Rebouças tratava-se de desentorpecer a lavoura “através de um programa de animação rural”. A idéia era que os engenhos centrais garantidos pelo Governo e funcionando em regiões estratégicas, funcionassem como verdadeiras escolas de modernização e qualificação. O modelo inspirador eram os engenhos centrais organizados nos Estados Unidos e nas colônias européias. (Costa Filho, 1960)

Como o principal problema da lavoura era a falta de capitais e de crédito, os produtores de açúcar apoiar-se-iam novamente no auxílio estatal. Mais ainda, culpava-se frequentemente o Governo, que através da venda de títulos e apólices, absorvia a maior parte do capital circulante. Era mais fácil, - até como uma forma de facilitar as negociações -, asseverar essa visão e, assim, requerer a proteção do Estado. O que não era dito, é que as apólices do Governo pagavam apenas 6 % de juros e os bilhetes do tesouro 5%. O problema, nesse caso, era a garantia que os agricultores e fazendeiros não podiam fornecer. O próprio Parecer de 1875 esclarecia que: “A taxa de juro é, nalgumas províncias, de 7 a 12%, em outras de 18 a 24 e até em certos casos de 48 a 72%. Os prazos são curtos, de um ano ou mais, o que impossibilita a amortização”. (Brasil, 1875)

O Governo Imperial, através de mudanças na legislação, buscou melhorar essas garantias e auxiliar a lavoura. Com esse intuito, em 1864, foi regularizada a lei de hipotecas e, em 1875, juntamente com o projeto de criação dos engenhos centrais, buscou-se desenvolver os bancos de crédito real. No entanto, essas medidas não surtiram o efeito esperado e a lavoura continuou a sofrer com a falta de capitais. O próprio presidente do Banco do Brasil, em 1873, ressalta a pouca eficácia das carteiras hipotecárias em fornecer crédito à lavoura.

Evidentemente os fins da instituição da repartição de hipotecas não são conseguidos: o prazo é minimamente curto, a contribuição suportada pelo devedor excessiva, e na maioria dos casos superior às forças de produção. O lavrador vê com terror aproximar-se a época do vencimento da sua hipoteca, que o coloca à mercê do credor. (Brasil, 1873)

Como forma de minorar esse quadro econômico negativo, o Governo buscou incentivar a implantação do sistema de engenhos centrais. Não tendo ao seu alcance bancos que pudessem emprestar esse capital, aproveitou-se o mesmo modelo adotado

no caso das ferrovias, ou seja, a garantia de juros<sup>4</sup> (Matos, 1997, p. 48-49). Assim, as concessões de engenhos centrais teriam direito a garantia de juro não superiores a 7% anuais, pelo prazo de vinte anos, reduzindo-se a garantia a no máximo 6% no caso de o juro garantido ou afiançado ter de ser pago em ouro ou no câmbio de 27 dinheiros esterlinos por mil réis. (Brasil, 1875-1889)

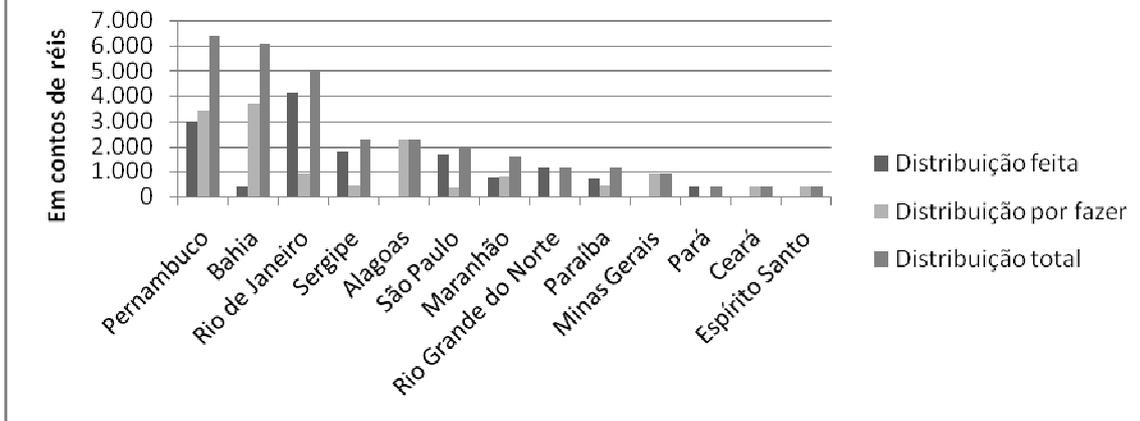
Como o Brasil não controlava as novas técnicas produtivas da agroindústria canavieira, o maquinário deveria ser importado, principalmente de fabricantes ingleses e franceses. Segundo um cálculo da casa Cail & Cia, companhia francesa, o capital necessário para um engenho central com capacidade para produzir 700 arrobas de açúcar por dia seria de 500:000\$000. Porém, o rendimento provável dessa fábrica seria de 247:360\$000, o que representaria sobre o capital aplicado um rendimento de 43,46%. (Brasil, 1875)

O deslumbramento produzido pela divulgação dos lucros das fábricas centrais e o entusiasmo provocado pelas idéias de modernização, trazidas no bojo da Revolução industrial, explicariam em boa parte os pedidos para a instalação do novo sistema em todas as áreas do país, mesmo nas regiões voltadas para o consumo interno. Não se pode deixar de se levar em conta que o projeto dos engenhos centrais fazia parte da estrutura modernizadora adquirido pelo Império brasileiro no exterior. O Brasil importou no período: estradas de ferro, sistema de água e esgoto, trens urbanos, telégrafo, dentre outras inovações (Prado, 2000, p. 29). Nesse quadro, apesar do Governo privilegiar a principal região produtora, algumas concessões seriam dadas principalmente nas áreas cafeeiras, como Rio de Janeiro e São Paulo, como podemos ver no gráfico.

---

<sup>4</sup> Esse sistema verificava o capital que seria necessário ao empreendimento, garantindo uma taxa regular e fixa de juros. Dessa forma, se o empreendimento fosse deficitário, a garantia de juros assegurava o rendimento do capital empregado. Se desse lucro, a garantia podia ser dispensada, desde que os dividendos atingissem a 10%.

## Distribuição das quotas de garantia de juros dos engenhos centrais, por província, em 1889



Fonte: Decreto nº 10.393, de 9 de outubro de 1889. Coleção de leis do Império do Brasil, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1887/1888. Biblioteca do Arquivo Nacional.

Poderíamos ir além, os quatro primeiros engenhos centrais foram montadas fora do principal eixo produtor. O primeiro engenho central inaugurado no Império foi o de Quissaman, em 12 de setembro de 1877, no Rio de Janeiro; o segundo, o de Morretes, em 2 de junho de 1878, no Paraná, o terceiro, em 28 de outubro do mesmo ano, em Porto Feliz, São Paulo e o quarto, foi o Engenho Central de Barcelos, também no Rio de Janeiro, em 1878. O primeiro Engenho Central no Nordeste foi o de Bom Jardim, em Santo Amaro - Bahia, só inaugurado em 21 de janeiro de 1880 (Brasil, 1875-1891).

Ademais, essa região não passou pelo processo de especulação que ocorreu no Nordeste, onde muitos concessionários estrangeiros, - companhias inglesas na sua maioria -, pediam concessões e montavam fábricas centrais com maquinário já ultrapassado. (Eisenberg, 1977) Essas concessões fraudulentas estavam diretamente relacionadas com a possibilidade de explorar as vantagens oferecidas pelo Governo, que iam desde a garantia de juros até a isenção de impostos para a importação de maquinário. (Brasil, 1885-1889)

Ao analisarmos o processo de modernização na agroindústria canavieira do Rio de Janeiro e São Paulo seria impossível deixar de nos reportarmos à influência da cafeicultura, tanto em relação ao capital para a montagem dos engenhos centrais quanto na formação da infraestrutura necessária. Os lucros obtidos com o café financiaram em grande parte a importação de maquinário moderno, na sua maioria de origem francesa, como no caso da Companhia Fives-Lille. (Viana, 1981)

Um exemplo ilustrativo foi o Engenho Central de Piracicaba. A Companhia foi a primeira a introduzir no Brasil as moendas de 8 cilindros, - superiores as de três cilindros -, freqüentemente usadas. Também foi a primeira a utilizar os fornos Blauden para queimar o bagaço. Esses fornos possibilitavam a queima de todo o bagaço já ao sair das moendas, proporcionando uma grande economia de combustível. A Companhia ainda implementaria o sistema de clarificação nas turbinas centrifugas por meio do vapor seco e um secador especial de açúcar (São Paulo, 1884, p. 57). Da mesma forma, a descrição do Engenho Central de Barcellos ressalta a questão do maquinário importado e da capacidade produtiva:

A Fabrica-Barcellos representa um capital empregado de 543:518\$280. Ocupa o espaço de 2.400 metros quadrados e está provida de aparelhos aperfeiçoados, fornecidos pela acreditada companhia Fives Lille, com a força necessária à moagem diária de 200 toneladas métricas de canas. (Brasil, 1878)

Poderíamos dizer que, a maioria dos engenhos centrais do Sul acompanharia essa tendência e buscaria introduzir as inovações técnicas necessárias. O objetivo maior dos estadistas e produtores da Província de São Paulo e do Rio de Janeiro foi criar uma alternativa à produção cafeeira, pois já se temia a dependência de uma cultura única. Essa visão pode ser observada na fala do Presidente da Província de São Paulo, conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão:

Hoje que a grande baixa do principal produto de exportação da Província veio mostrar de modo irrefragável que não deve ela confiar o seu futuro econômico de um único gênero de produção e exportação, é me grato registrar que a introdução e desenvolvimento dos engenhos centrais na Província promete ser um auxílio poderoso, mantendo a receita provincial, chamando os pequenos lavradores à participação de lucros certos e atraindo à lavoura maior número de indivíduos. (São Paulo, 1883, p. 71).

A mesma visão da necessidade de diversificar a produção da Província frente aos problemas enfrentados pelo café pode ser visto no memorial feito pelo Centro de Indústria e Comércio de Açúcar do Rio de Janeiro, a CICA<sup>5</sup> (Araújo, 2002):

Mesmo nas províncias, como Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro, em que a lavoura de cana, depois de 1850, cedeu o passo a outras culturas mais rendosas, sabe esta augusta Câmara que, ultimamente, o atrativo de melhores processos e o incitamento dos poderes públicos, reunindo-se ao desânimo pelos baixos preços do algodão e pelas irregularidades de produção do café, fizeram aparecer de novo tentativas importantes de restabelecimento da indústria sacarina. (CICA, 1877, p. 4)

A necessidade de uma alternativa econômica para as oscilações do preço do café, o desenvolvimento de uma ideologia baseada na defesa da policultura, - por técnicos, estadistas e alguns produtores -, somada à segurança de um mercado em expansão, fica patente quando contabilizamos os pedidos para a construção de engenhos centrais no Sudeste. Da mesma forma, tal característica se sobressai quando levamos em consideração quem eram os seus concessionários. Assim, dos quatro engenhos centrais montados em São Paulo, três tiveram entre seus sócios fundadores fazendeiros de café. Já no Rio de Janeiro, dos dez engenhos centrais estabelecidos, cinco foram montados na área cafeeira e não na tradicional região produtora de açúcar, ou seja, a região Norte da Província. (Brasil, 1875-1889)

Outra questão de destaque na defesa dos engenhos centrais nas províncias do Sul ligava-se diretamente ao fim do trabalho servil. Nesse momento, os engenhos centrais transformaram-se em uma das melhores soluções para um dos maiores problemas da lavoura nacional: a falta de mão-de-obra. Naturalmente, uma das cláusulas para a concessão deixava clara a proibição do uso do trabalho escravo nas fábricas centrais<sup>6</sup> (Brasil, 1875-1889).

Além disso, os engenhos centrais funcionariam apenas um terço do ano, somente durante o período da colheita da cana. Com esse sistema, na entre safra a maioria dos trabalhadores não teria uma função, e, dessa forma, o trabalho livre, em especial o realizado por dia seria muito mais rentável economicamente.

---

<sup>5</sup>Essa Organização buscava apoio do Governo para resolver os sérios problemas da agroindústria açucareira, como às representações dirigidas às Assembléias Legislativas das Províncias do Império pedindo a diminuição das tarifas das estradas de ferro e a extinção dos impostos gerais e provinciais.

<sup>6</sup>Essa questão fica clara nas disposições sobre as obrigações das Companhias concessionárias de engenhos centrais: “§ 6º - Não possuir nem empregar escravos na construção das obras e serviços da fábrica”.

O mais urgente e o mais grave problema do Brasil é a transição do trabalho escravo para o trabalho livre e a pequena lavoura, que tanto deve auxiliar essa evolução, com certeza receberá dos engenhos centrais o mais eficaz influxo. É o que nos estão já mostrando as grandes fábricas de Quissaman e Barcellos onde o braço livre tem substituído o braço escravo e a roda das quais a pequena lavoura, de fundação recente, vai prosperando a ponto de já haver contribuído para a última safra destas fábricas com 10 milhões de quilograma de açúcar. Cada um dos estabelecimentos desta natureza constituirá um núcleo de trabalho livre que irradiará para as suas cercanias útil influência [...]. (Brasil, 1882)

As companhias somente contratavam os trabalhadores mais especializados, por ser essa uma mão-de-obra escassa, visto que a maioria era estrangeira. Nesse quadro, uma das freqüentes queixas da diretoria desses engenhos centrais era a escassez de mão-de-obra. Luis Monteiro Caminhoá, engenheiro fiscal do Terceiro Distrito<sup>7</sup>, apontava, em 1885, que a insuficiência de trabalhadores ajudava a encarecer a produção do açúcar. Como solução aconselhava o Estado a criar uma lei de locação de serviço e a instituição do serviço obrigatório. (Brasil, 1885, p. 86)

No Sul, principalmente em São Paulo, a pesar da chegada dos imigrantes, a maior parte da mão-de-obra era voltada para a lavoura cafeeira. Em carta de 25 de outubro de 1884, Antonio de Paula Leite Filho queixava-se ao fazendeiro José Fernandes Bastos sobre a carência de trabalhadores para trabalhar nos canaviais paulistas. Segundo o fazendeiro, tal fato explicava-se pela sua quase que total absorção pela lavoura cafeeira, em franca expansão nos municípios vizinhos. Via na proibição da cláusula XVII, do contrato de 1876, estabelecido entre o Governo Imperial e a Companhia Açucareira, - que impedia a utilização do trabalho escravo -, o objetivo de evitar desvios da já reduzida quantidade de mão-de-obra concentrada na lavoura do café. Nesse sentido, reclamava da falta de atenção dos poderes públicos com relação a uma melhor distribuição de imigrantes europeus para a região, que atendessem também aos plantadores de cana, já que a utilização do braço escravo ficava proibida no Engenho Central. (Soares, 2000, p. 60).

Essa dificuldade era acentuada, uma vez que, o país não possuía a mão-de-obra especializada necessária para os engenhos centrais. Os documentos de época apontam

---

<sup>7</sup> As províncias de Minas Gerais, Paraná, São Paulo e Rio de Janeiro foram separadas para facilitar a fiscalização em uma zona denominada Terceiro Distrito dos Engenhos Centrais.

para a necessidade de criação de cursos profissionalizantes para atender a demanda das novas companhias instaladas.

Do que diz respeito à educação técnica necessária para tais empreendimentos, não há estabelecido no Brasil coisa alguma de valor. Não temos uma escola industrial propriamente dita [...]. Quais os fazendeiros, da moderna geração, que tem curso de agronomia? Quais os profissionais brasileiros que possuem estudos de escola especialmente industrial. (Brasil, 1875)

A lei nº. 3.324, de 16 de outubro de 1886, aprovaria então os recursos necessários para a criação de escolas práticas de agricultura e para a fundação de uma estação agrônômica. No entanto, poucas escolas agrícolas, no entanto, tiveram êxito (Brasil, 1877). São Paulo sobressai-se no período, com o sucesso da criação da Imperial Estação Agrônômica de Campinas, inaugurada em 1º de dezembro de 1888. Para organizar a Estação Agrônômica foi contratado o químico austríaco Franz Josef Wilhelm Dafert<sup>8</sup>. (Meloni, 1999) No Rio de Janeiro, destaca-se o Imperial Instituto Fluminense de Agricultura, fundado desde 1860. Nota-se, nesse momento, que o Estado tomaria a si o papel de difusor dos novos meios de produção nas atividades agrícolas, como ilustra o Parecer de 1875.

Os poderes públicos devem oferecer considerável prêmio aos agrônomos estrangeiros, que se prestem a vir estudar praticamente o solo, plantações e vegetações do Brasil; reunir em um todo sistemático o resultado de seus estudos e reger cadeiras dos diversos ramos da economia rural, devem conceder subsídios pecuniários aos filhos de brasileiros e a todos os indivíduos que se propuserem ir a Europa estudar agronomia. [...] Crêem-se também nas províncias de maior produção agrícola escolas normais e fazendas modelos, abram-se exposições periódicas, em que se decretem prêmios aos que exibirem produtos mais aperfeiçoados, dêem-se subsídios a periódicos e revistas, que tratem de agricultura e das artes e ciências, que lhe são conexas ou auxiliares. (Brasil, 1875).

Mais ainda, o Estado acreditava que a difusão de métodos mais racionais de produção, calcados na divisão do trabalho, ou seja, a separação absoluta entre a lavoura e a fábrica auxiliaria o processo de superação das técnicas arcaicas ainda utilizadas na lavoura. Nesse sentido, os engenhos centrais ao cuidaram da parte fábri,

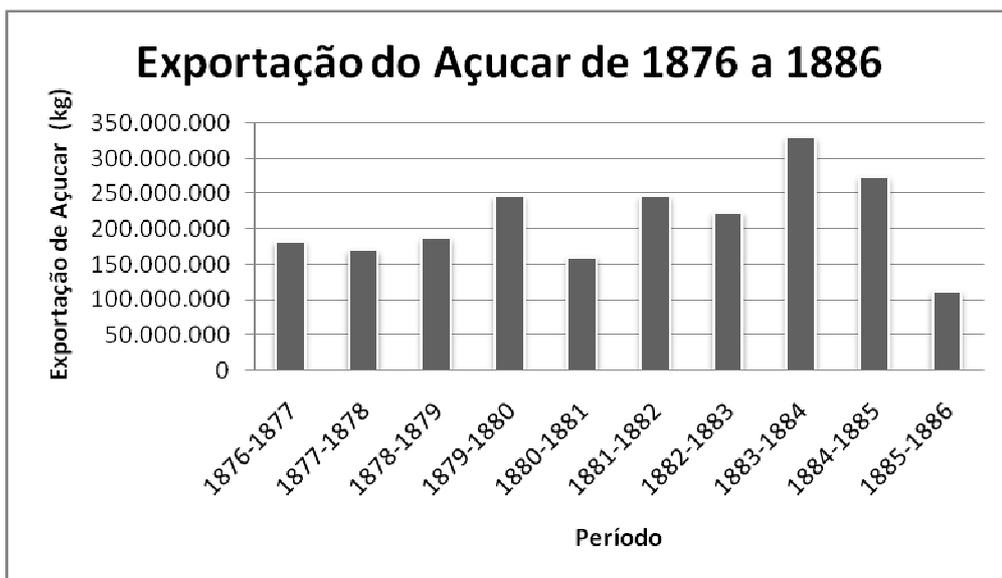
---

<sup>8</sup>Dafert procurou orientar a instituição principalmente para a pesquisa, seguindo o modelo alemão, pela qual os institutos agrícolas não eram direcionados para o ensino. Suas pesquisas direcionaram-se fundamentalmente para estudos sobre a química dos solos, as normas de adubação e sobre as doenças mais frequentes nas lavouras.

proporcionariam ao lavrador mais tempo e capitais para aperfeiçoar os seus conhecimentos agrícolas:

Como em todas as profissões a especialização do trabalho rural tenderá a aperfeiçoá-lo e a agricultura oferece por si só, independentemente das preocupações do fabrico, vastíssimo campo à atividade inteligente do lavrador. Sem a obrigação de estudar a máquina, de a conservar e a renovar, o lavrador estudará, conservará e renovará o solo. Circunscriptos a uma só tarefa, posto que ainda muito complexa, os seus esforços tornar-se-hão mais vigilantes, enérgicos e eficazes para cultivar a terra metodicamente, perscrutando-lhe a aptidão, restituindo-lhe os elementos que lhe escassearem, combatendo as epidemias vegetais, alternando as culturas, enfim observando, experimentando e prevendo. Sem isto a agricultura pode excepcionalmente, em terrenos privilegiados e a sombra dos monopólios naturais, enriquecer alguns ou mesmo muitos lavradores. Prosperidade geral e durável, porém, só pode assegurar à classe agrícola a prática da verdadeira agricultura, da agricultura racional, progressiva e científica. (Brasil, 1881)

A situação do Sul espelha as transformações essenciais que estavam ocorrendo na produção açucareira nacional, apesar dessa ser uma área secundária da produção açucareira. Nesse sentido, a diferença essencial entre os engenhos centrais do Norte e do Sul está no tipo de mercado almejado. Os engenhos centrais do Sul do país foram construídos para atender ao comércio interno, mais especificamente, o seu próprio mercado. Já o Norte pretendia através desse novo sistema reconquistar o mercado externo. Ao não conseguir o seu principal intento foi obrigado a se voltar também para o abastecimento do consumo interno. Mas especificamente, isso significa que o Norte, como principal produtor, teve que redirecionar a sua produção para os mercados do Sul. Tal fato pode ser verificado no gráfico, que indica a grande diminuição da exportação do açúcar brasileiro, no período entre 1876 a 1886.



Fonte: RAFFARD, Henri. Crise do açúcar e o açúcar no Brasil. Artigos publicados na revista de engenharia e transcritos no jornal do agricultor. Rio de Janeiro, Typ. Carioca, 1888, p. 49.

Outro fator significativo era o alto consumo de açúcar bruto em todo o Brasil. Além da preferência de muitos consumidores, esse tipo de açúcar ainda era vendido por um preço bem menor, ou seja, era comprado pela maioria da população. Por essa razão, os engenhos centrais tiveram certa dificuldade em impor o seu açúcar ao gosto da população. Como afirma o Presidente da Província de São Paulo, João Alfredo Correa de Oliveira, “Não sendo o açúcar cristalizado bastante conhecido, tem sido difícil introduzi-lo no consumo; mas com a propaganda e esforços empregados vai aumentando gradualmente a sua procura”. (São Paulo, 1886, p. 81).

Neste quadro, o Norte era o maior produtor, porém, o Rio de Janeiro era concomitantemente o maior consumidor e o maior redistribuidor. É perceptível que a razão da importância estratégica do Rio de Janeiro decorria das dificuldades das relações comerciais diretas entre o Norte e o Sul. Dessa forma, cabia a esta Província a redistribuição do açúcar do Norte para as províncias de Minas Gerais, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. (Diamanti, 1978, p. 239).

Já nesta época, o escoamento do açúcar do Norte via Rio de Janeiro fazia baixar os preços, principalmente por causa das especulações feitas pelos atacadistas do Rio de Janeiro. O Parecer realizado em 1875, para averiguar os principais problemas da lavoura, afirmava que essa especulação era decorrente do Norte enviar “para o grande mercado do Rio de Janeiro o seu açúcar, isto porque pela inferioridade e pelo alto preço

do frete desse gênero para a Europa não compensava ao produtor exportá-lo”.(Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional, 1875, p. 300)

Uma das primeiras descrições a respeito da importância do mercado interno foi feita por Julio Brandão Sobrinho, chefe dos estudos econômicos da Secretária da Agricultura, Comércio e Obras Públicas de São Paulo, e, representante do Governo na 4ª Conferência Açucareira Campista. Brandão Sobrinho afirmava que já em 1911, a produção do Rio de Janeiro, - em especial a da região de Campos -, era consumida integralmente pelo comércio do Rio de Janeiro. Além disso, os preços determinados pelas praças do Rio de Janeiro eram os mesmos adotados em São Paulo e no Recife, visto que, o açúcar importado por São Paulo entrava na Província pelo porto de Santos ou vinha pelo Rio de Janeiro, cuja procedência poderia ser tanto fluminense como Nortista. (Viana, 1981, p. 245)

Assim, sobrelevou-se o papel do consumo nacional. Os pernambucanos chegaram a vender, nesse período, 15 a 20% de seus açúcares no mercado interno. A influência dos mercados do Sul é manifestada pelos dividendos auferidos com as exportações. Como se pode observar, havia uma predominância das províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo. (Dé Carli, 1937, p. 133)

O engenheiro fiscal Luiz Caminho afirmava coerentemente que no âmbito do mercado mundial de açúcar era “quase impossível uma convenção internacional favorável aos nossos interesses”. No mercado interno, o maior problema já eram os especuladores:

[...] o monopólio existente em nosso mercado, o qual concorre poderosamente com a baixa do preço do açúcar. [...] O fim principal da compra do açúcar do Norte, não obstante o considerável excedente da nossa produção sobre o consumo local, é fazer baixar os oscilar o preço, conforme os interesses da comandita [...]. O preço baixo do açúcar é devido, em grande parte, ao monopólio criado pelos refinadores, que, de mãos dadas com alguns comissários e corretores, estabelecem a baixa do produto comprado aos engenhos, elevando o seu preço depois. (Brasil, 1886)

Por outro lado, os engenhos centrais não conseguiram estabelecer um fornecimento regular de matéria-prima. Ao aumentarem vertiginosamente a capacidade de produção das suas fábricas, os produtores de açúcar depararam-se com a árdua tarefa de suprir o potencial de matéria-prima exigido pelos novos maquinários. Tanto no Norte como no Sul, esse foi um dos principais problemas que os diretores de engenhos

centrais enfrentaram. O alto custo desses novos equipamentos só seria compensado se essas fábricas utilizassem todo o seu potencial de produção. A nosso ver, a falta de fornecimento da matéria-prima parece ser uma das questões mais importantes para o fracasso do sistema dos engenhos centrais.

No Sul, apesar de não existir uma tradição açucareira como no Norte, os problemas parecem ter sido parecidos. Os fornecedores de cana continuaram a manter seus alambiques e pequenos engenhos e, quando o engenho central não lhes pagava um preço justo, eles se negavam a entregar a produção. Havia uma alternativa, fator que dava uma grande força aos fornecedores.

No cerne dessa questão estava o preço que deveria ser pago pelas canas. Como relata Barbosa Lima Sobrinho<sup>9</sup>: “De longe, o engenho central parecia qualificado para a solução de todos os problemas. Mas, de perto, percebia-se o conflito, quando os donos das fábricas não pudessem contar com a matéria-prima.” (Lima Sobrinho, 1971, p. 7) Nesse sentido, a falta de fornecimento de cana e a dificuldade em estabelecer contratos com os fornecedores estavam diretamente relacionadas à permanência dos engenhos bangüês. Esses engenhos tradicionais competiam com mais vantagens por produzirem um açúcar mais barato.

Foi esta estrutura de produção, calcada na separação entre a lavoura e a fábrica, e o seu malogro total que levariam à necessidade de mudanças, posto que, era inviável aos produtores de açúcar deixar o controle do fornecimento da matéria-prima nas mãos dos fornecedores de cana. Nesta perspectiva, passou a ser essencial reter novamente a lavoura sobre a égide da fábrica.

Foi exatamente essa questão que levou o Governo Imperial a modificar os estatutos das companhias, permitindo que elas tivessem as suas lavouras próprias. A primeira Companhia que teria permissão de reunir lavoura e indústria foi o Engenho Central de Macaé, no RJ, já em 1886. Como quer que seja, a revogação da proibição dos engenhos centrais de possuírem lavouras próprias chegaria muito tarde. O desdobramento dos constantes prejuízos dos engenhos centrais levou à débâcle desse sistema. Soma-se a isso, o fato de que os engenhos centrais teriam de enfrentar a falta de capitais, - devido à inexistência de uma estrutura bancária e à dependência dos comissários -, o atraso na parte agrícola e à escassez de mão-de-obra agravada pela crise do trabalho escravo.

---

<sup>9</sup> Barbosa Lima Sobrinho foi presidente do Instituto do Açúcar e do Alcool de maio de 1938 a março de 1946.

A decisão de introduzir melhorias técnicas na fabricação do açúcar foi o ponto de partida de um longo processo de modernização desse setor. A consolidação dessa idéia deveu-se peremptoriamente a necessidade de tirar o setor canavieiro de uma crise que se arrastava por séculos. Nesse sentido, a fundação dos engenhos centrais surgiu como resposta ao problema da competição no mercado mundial, ao propor modificações no fabrico do açúcar, ajustando-o a moldes capitalistas. A tentativa de adaptação e de superação dos problemas econômicos levou os produtores a investirem em um sistema calcado numa total divisão do trabalho. Na visão dos produtores de açúcar e estadistas, a momentânea destruição da unidade fundamental da antiga estrutura colonial de produção açucareira poderia ser compensada pelos lucros auferidos com as centrais. Esperança não concretizada, mas que se transformou na pedra angular de toda a trajetória de expansão da produção sucroalcooleira no país.

A solução encontrada para auxiliar os produtores depois da débâcle do sistema de engenhos centrais levaria a retomada do controle em uma só mão da lavoura e da indústria. Em suma, a política econômica açucareira, desenvolvida no Império brasileiro, firmou sua posição baseada nas bem sucedidas experiências estrangeiras com o sistema das centrais. Mas, no caso brasileiro, os resultados não apareceram de imediato. Assim, os produtores brasileiros começam a propor novas medidas, e, através delas, transformariam o sistema proposto pelos engenhos centrais na futura estrutura das usinas.

Como resultado da falha das políticas implementadas no período anterior e a perda definitiva do mercado externo ocorreu uma enorme concorrência pelo abastecimento do consumo do próprio país. Apesar desse mercado ainda poder ser considerado pequeno, ele estava em contínuo crescimento. Todavia, deve-se considerar que a concorrência se estabelecia em várias frentes: entre o açúcar bruto e o açúcar branco dos engenhos centrais e entre as províncias produtoras, o Norte – que necessitava escoar a sua produção com a perda do mercado externo – e o Sul, que daria início nesse período à expansão da sua produção.

Nessas condições, sobressai-se a importância da proteção oferecida pelo mercado interno e pelas taxas mais elevadas de lucro para os produtores e para os comerciantes de açúcar do Brasil. Tal fator somado a expansão da demanda e as crises do café levariam as províncias consumidoras, - representados principalmente pelas Províncias do Rio de Janeiro e São Paulo -, a investirem na produção de açúcar. Ademais, estes produtores tinham a vantagem de produzir para o seu próprio mercado.

Nessa região, o consumo de açúcar era mais elevado e crescia gradativamente. Isso se devia ao aumento da população trabalhadora e da renda proveniente com a expansão da economia cafeeira. Afora isso, a produção açucareira da região não conseguia atender a demanda dos seus próprios mercados, o que motivou uma contínua expansão.

Essas medidas modernizantes no setor canavieiro foram comuns em todo o país. Os empréstimos e a legislação garantiriam a manutenção do poderio dos senhores de engenho, transformados com o fim dos engenhos centrais em usineiros. O Governo interviria apenas para facilitar uma modernização pelo alto. Trocava-se o maquinário, mas permaneciam as bases da produção açucareira vigente desde os tempos coloniais, isto é, o retorno da lavoura e da indústria nas mãos de um mesmo dono, a absorção das terras próximas das usinas e a subjugação de fornecedores de cana e dos trabalhadores rurais.

Diante de tudo isso, nos resta concluir, que o açúcar retomou progressivamente a sua importância na economia fluminense e paulista. Ao contar com as vantagens oriundas da estrutura montada pela produção cafeeira, somada a maior disponibilidade de capitais e um complexo mercado interno em constante crescimento, o açúcar faria, décadas mais tarde, a balança pender para o seu lado. A rapidez dessa mudança deveu-se a própria instabilidade dos preços do café, a defesa da policultura, - por parte de uma elite mais dinâmica formada por produtores, estadistas e técnicos -, e a mescla que se deu entre os capitais do café e o açúcar. À medida que o mercado interno passa a ser fundamental para a economia açucareira do país e a concorrência pelo abastecimento dessa área se torna mais acirrada, os louvores ao incremento da produção açucareira paulista e fluminense ecoariam mais audíveis no cenário econômico brasileiro.

## **Referências**

ARAÚJO, Tatiana Brito de. Os engenhos centrais e a produção açucareira no Recôncavo Baiano: 1875-1909. Salvador: FIEB, 2002.

BRASIL. Congresso, Câmara dos deputados, Comissões de fazenda e especial. Parecer e projeto sobre a criação de bancos de crédito territorial e fábricas centrais de açúcar apresentados a Câmara dos Srs. Deputados na sessão de 20 de julho de 1875 pelas comissões de fazenda e especial nomeada em 16 de abril de 1875. Rio de Janeiro: Typ. Nacional, 1875.

\_\_\_\_\_. *Coleção das leis do Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1875/1889.

\_\_\_\_\_. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Relatórios, 1875/1889. Imprensa Nacional. Rio de Janeiro: Biblioteca do Arquivo Nacional.

\_\_\_\_\_. *Parecer da Comissão da Fazenda do Senado sobre a proposição n.º 319 de 1873 que tem por fim reduzir o resgate das notas dos bancos de circulação e alterar a legislação hipotecaria*. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1873.

\_\_\_\_\_. *Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Relatórios, 1875/1891*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. Biblioteca do Arquivo Nacional.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado à Assembléia Geral Legislativa na 1ª sessão da 17ª legislatura pelo Ministro e Secretário dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, João Luis Vieira Cansansão de Sinimbu*. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial de João Paulo Ferreira Dias, 1878.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado à Assémbleia Geral na primeira sessão da 18ª legislatura pelo Ministro e Secretário dos negócios da Agricultura, Comércio e Obras públicas, José Antonio Saraiva*. Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1882.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado à Assémbleia Geral na segunda sessão da décima oitava legislatura pelo ministro e secretário dos negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, Manoel Alves de Araújo*. Brasil. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1881.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado pelo engenheiro fiscal Caminhoá ao Ministro do Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, João Ferreira de Moura*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1885.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado à Assembléia Geral na 2ª sessão da 20ª legislatura pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios da Agricultura, Comércio e Obras Públicas Rodrigo Augusto da Silva*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1887.

CENTRO DA INDÚSTRIA E COMÈRCIO. *Crise do açúcar: Representação e memorial apresentados ao corpo legislativo da nação brasileira pelo Centro da Indústria e Comércio de açúcar do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1877.

COSTA FILHO, Miguel. Engenhos centrais e usinas. In: *Revista do Livro*, ano V, nº 19, setembro de 1960. Rio de Janeiro: MEC/INC, 1960.

DÉ CARLI, Gileno. “Geografia econômica e social da canna de açúcar no Brasil” In: *Brasil Açucareiro*, ano V, vol. X, Outubro de 1937, nº. 2.

EISENBERG, Peter. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco: 1840-1910*. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra; Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 1977.

GNACCARINI, J.C. A. *Estado, ideologia e ação empresarial na agroindústria açucareira do Estado de São Paulo*. São Paulo: Tese de doutorado. FFLCH, USP, 1972.

LIMA SOBRINHO, Barbosa. Dos engenhos centrais às usinas de açúcar de Pernambuco. Rio de Janeiro: *Separata de Jurídica/Revista da Divisão do Instituto do Açúcar e do Alcool*, 1971.

LINHARES, Maria Yedda (org.). *História Geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

MOORE JR, Barrington. “Democracia na Ásia: a Índia e o preço da modificação pacífica” e “A revolução vinda de cima e o fascismo”. In: *As origens sociais da ditadura e da democracia: Senhores e camponeses na construção do mundo moderno*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

MATOS, Odilon Nogueira de. “Vias de comunicação”. In: HOLANDA, Sérgio Buarque de (org). *História Geral da Civilização Brasileira*. Volume seis, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

MELONI, Reginaldo Alberto. Ciência e produção agrícola. A Imperial Estação Agronômica de Campinas 1887/1897. São Paulo: Dissertação de Mestrado, FFLCH-USP, 1999.

OLIVEIRA, Geraldo Beauclair de. *A construção inacabada: A economia brasileira, 1828 -1860*. Rio de Janeiro: Vicio de Leitura, 2001.

PERRUCCI, Gadiel. *A República das Usinas*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

PRADO, Maria Emilia. *Em busca do progresso: os engenhos centrais e a modernização das unidades açucareiras no Brasil*. Rio de Janeiro: Papel Virtual, 2000.

RAFFARD, Henri. *Crise do açúcar e o açúcar no Brasil. Artigos publicados na revista de engenharia e transcritos no jornal do agricultor*. Rio de Janeiro: Typ. Carioca, 1888.

SÃO PAULO. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa de São Paulo na abertura da 2ª sessão da 24ª legislatura em 10 de janeiro de 1883 pelo Presidente Conselheiro Francisco de Carvalho Soares Brandão*. São Paulo: Typ. do Ypiranga, 1883.

\_\_\_\_\_. *Fala dirigida à Assembléia Legislativa Provincial de São Paulo na abertura da 1ª sessão da 25ª legislatura em 10 de janeiro de 1884, pelo Presidente Barão de Guajará*. São Paulo: Typ. da Gazeta Liberal, 1884.

\_\_\_\_\_. *Relatório apresentado à Assembléia legislativa provincial de São Paulo pelo Presidente de Província João Alfredo Correa de Oliveira, no dia 15 de fevereiro de 1886*. São Paulo: Tipographia à vapor de Jorge Seckler & Cia., 1886.

SOARES, Alcides Ribeiro. *Um século de economia açucareira: Evolução da moderna agroindústria do açúcar em São Paulo, de 1877 a 1970*. São Paulo: Cliper, 2000.

VIANA, Sônia Bayão Rodrigues. *O Engenho Central de Quissaman (1877/78-1904)*. São Paulo: Tese de Doutorado, USP, 1981.